

EDITORIAL

QUANDO LUTAR SE TORNA URGENTE E NECESSÁRIO

E STAMOS no sétimo ano sem nenhuma forma de recomposição salarial. Temos 66% de perdas salariais acumuladas, uma defasagem insustentável, que todos sabemos o que provoca no cotidiano docente de cada um: desestímulo, acúmulo (quando há oportunidade) de atividades para complementar nossa tão combatida renda, desgaste pessoal e por vezes familiar. Enfim, um conjunto de problemas cuja tradução mais imediata, para a comunidade acadêmica, é a perda da qualidade do ensino. Ainda fazemos um ensino de qualidade, sabemos disso, mas sabemos também o quanto vamos desperdiçando de nossa capacidade criativa e produtiva, nos descaminhos que esse absurdo achatamento salarial vem nos impondo, dia após dia, há tantos anos.

O Governo do Estado, entretanto, vem se mostrando completamente insensível às nossas reivindicações salariais. Alega desde um desconhecimento da real situação financeira do Estado até uma pretensa responsabilidade da reitoria no atendimento de tais reivindicações – o que evidentemente, em um contexto de assunção de uma nova administração neste ano de 2008 e, sobretudo, na atual situação de falta de financiamento e de autonomia, nos soa como uma tentativa de adiar qualquer proposta efetiva aos trabalhadores da Uerj. É desconhecer, e muito, a capacidade de compreensão e de mobilização da universidade para tentar usar um mecanismo como esse.

Consideramos, portanto, o discurso do governo tão insustentável quanto a nossa situação salarial. As aulas do semestre já começaram, serão muitos os compromissos profissionais e acadêmicos que todos temos pela frente, mas temos também um compromisso inadiável com o resgate da nossa dignidade profissional. Afinal, a excelência da Uerj e a valorização do nosso trabalho não podem ser apenas obje-

tos dos exercícios de retórica do senhor Governador. Basta de referências à “jóia da coroa”, basta de buscar na Uerj um mecanismo compensatório para segmentos do serviço público desmontados pela ação do próprio governo (como foi o episódio recente de oferta de vagas para filhos de policiais e bombeiros mortos em combate). Basta de nos prestar reverência no discurso e nos tratar com descaso na prática. É preciso que o governo dê respostas imediatas para nossa situação salarial.

Esse há de ser o mote de nossa mobilização nesta abertura de semestre. Temos já uma primeira assembleia marcada e precisamos estar presentes, discutindo, deliberando, organizando nossa luta. Todos já sabemos que nada virá se não estivermos juntos, denunciando para a sociedade fluminense o real tratamento que a universidade recebe, em um contexto de desmonte também de outros setores dos serviços públicos do Estado, enquanto as solenidades e os discursos que se pretendem de efeito se multiplicam.

Em um encaminhamento paralelo, mas também fundamental para nossa dignificação como trabalhadores, temos a luta pela implementação imediata do nosso plano de carreira. Afinal, a Uerj fez a sua parte: discutiu, elaborou e aprovou um plano de carreira, que teve início em nossos fóruns da Asduerj. Agora, temos a informação de que o Plano está estacionado na Secretaria de Ciência e Tecnologia, para onde foi mandado pelo Governador. Reforçaremos a idéia de que não cabe ao Sr. Secretário reter um plano que a

instituição aprovou em seu Conselho Universitário. É preciso dar agilidade na tramitação do plano por dentro das instâncias do Estado e todos sabemos que isso não acontecerá se não pressionarmos o Governo.

E, para que isso aconteça, precisamos nos mobilizar. Nada virá pelas palavras ou pela mera presença de pessoas ligadas à Uerj em postos do Governo. Este é o momento em que nossa luta se torna urgente e necessária! **Faça a sua parte. Compareça às assembleias. Participe!**

Temos um compromisso inadiável com o resgate da nossa dignidade profissional

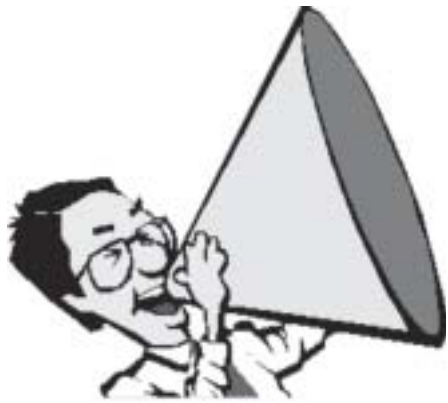
ASSEMBLÉIA DOCENTE

DEFASAGEM SALARIAL 66,04%

**26/03/08 QUARTA-FEIRA 16 HORAS
AUDITÓRIO 13 PAVILHÃO JOÃO LYRA FILHO**

**PAUTA: INFORMES • CAMPANHA SALARIAL
PLANO DE CARREIRA DOCENTE**

Cartaz de divulgação • Acervo asduerj



Informe ASDUERJ

Cai ADIN que impedia 6% para a Uerj

A Uerj readquiriu o direito a 6% da arrecadação do Estado. A ADIN 780-7/600, que considerava inconstitucional a vinculação das verbas da Uerj, foi arquivada pelo Supremo Tribunal Federal. O ministro Celso de Mello declarou extinto o processo “por perda superveniente de objeto, restando insubsistente a medida cautelar anteriormente deferida”.

Parlamentares na Uerj

A Frente Parlamentar em Defesa das Universidades Públicas Estaduais fará uma audiência aberta na Uerj em abril. O grupo, formado no ano passado por deputados de diversos partidos, tem como objetivo recuperar o orçamento da Uerj e da Uenf. Para o presidente da Comissão de Educação da Alerj, deputado Comte Bittencourt (PPS), “o governo não pode continuar afirmando que a Uerj é a jóia da coroa sem materializar isto no seu orçamento”. Membro integrante da Frente, Bittencourt apresentou em audiência pública na Alerj, no dia 12 de março, números que demonstram um crescimento de apenas 9% na execução orçamentária da Uerj nos últimos quatro anos. Neste período, lembra, a inflação média foi de 20%. “Se tudo continuar como está, nos próximos cinco anos a Uerj sofrerá uma degradação semelhante a que ocorreu com o ensino público básico”, afirmou Bittencourt.

Reajuste parcelado

Também presente à audiência, o presidente da Comissão de Orçamento da Alerj, Edson Albertassi (PMDB), considerou excessivo o reajuste de 66,04% reivindicado pelos trabalhadores da Uerj, mas admitiu que o governo poderá negociar o parcelamento do valor. Às declarações do deputado da base governista, a presidente da Asduerj, Inalda Pimentel, reiterou que este percentual, produzido a partir dos índices inflacionários, corresponde ao valor devido, que conduzem à insustentável situação em que vivem os trabalhadores da universidade há sete anos sem reajuste.

SOS Plano de Carreira

Socorro foi o que solicitou o diretor da Asduerj Rodrigo Lychowski aos deputados presentes na audiência da Comissão de Educação. Há mais de três meses o dirigente sindical tenta informações sobre a tramitação do Plano de Carreira Docente, que se encontra engavetado pelo Secretário de Ciência e Tecnologia, Alexandre Cardoso. Até mesmo o secretário da Casa Civil, Régis Fitchner, já tentou junto a seu colega informações sobre o andamento do processo, mas não obteve sucesso.

Governo fora da Lei

A Adin do Brizola caiu, informou o deputado Marcelo Freixo (Psol) durante a audiência. A Ação movida pelo fundador do PDT à época da sua última passagem pelo Palácio Guanabara questionava a constitucionalidade da dotação mínima de seis por cento do orçamento do Estado para a Uerj. Agora que ela não existe mais, lembrou o Deputado, o governo estará descumprindo a Lei se destinar apenas 1,77% do orçamento para a universidade, como ocorreu no último ano.

Homologada chapa única para a direção do ANDES-SN

A Comissão Eleitoral Central – CEC deliberou, no dia 22 de fevereiro, a homologação da Chapa 1 – Andes Autônoma, Democrática e de Luta, que concorre à direção do ANDES-SN, biênio 2008-2010. Compõe a regional Rio de Janeiro, representando a Asduerj, a docente Susana Moreira Padrão, da Faculdade de Nutrição. Conheça a relação completa dos candidatos da chapa em www.asduerj.org.br As eleições estão previstas para ocorrer nos dias 13 e 14 de maio, em todo o território nacional.

Movimentos Sociais do Rio querem lutas conjuntas

Mais de 250 pessoas, representando 92 organizações sociais do Rio de Janeiro, participaram de seminário promovido pela Plenária do

Movimentos Sociais, nos dias 1º e 2 de março, na UFRJ. O evento discutiu a conjuntura estadual, realizou um balanço da atuação dos movimentos sociais no Rio e procurou traçar perspectivas de lutas conjuntas. A carta final do encontro destacou o compromisso do grupo com o combate à criminalização da pobreza; o apoio às ocupações, à educação e saúde públicas; posição contrária às diferentes formas de privatização, em especial, a do petróleo e gás brasileiros; a defesa intransigente do meio ambiente e o empenho na construção de alternativas de comunicação que combatam o monopólio do pensamento único imposto pela mídia comercial. Os demais encaminhamentos, a composição das comissões de comunicação, formação política e a secretaria operativa da Plenária dos Movimentos Sociais, além da aprovação do documento final de sistematização do encontro, ficaram para a próxima reunião, realizada no dia 19 de março, às 18h, no Sepe (depois do fechamento desta edição).

(Fonte: www.apn.org.br)

Alunas reivindicam creche e alojamento



Nós parimos, nós que decidimos

A luta pela legalização do aborto foi o eixo central das celebrações do 08 de março, Dia Internacional da Mulher, em todo o país. No Rio de Janeiro, cerca de 500 manifestantes realizaram passeata no dia 07/03 pela Av. Rio Branco, da Candelária à Cinelândia. A atividade foi organizada por entidades sindicais e estudantis, partidos políticos, movimentos sociais e organizações feministas. Segundo material divulgado pela comissão organizadora, entre 2000 e 2004 morreram no Brasil 697 mulheres em consequência de complicações provenientes dos abortos clandestinos. Destas, 323 eram jovens entre 20 e 29 anos, em sua maioria negras e pobres. O grupo ressalta que não defende a legalização do aborto como política de controle da natalidade nem como método de contracepção. “Defendemos que seja qual for a sua situação, a mulher tem que ter o direito de decidir sobre seu próprio corpo. Se ela decidir ter o filho, tem que ter acesso às condições básicas para ser mãe. Se ela decidir abortar, tem de ter acesso a um hospital público com toda a assistência necessária”, diz o folheto.

O Diretório Central dos Estudantes da UFRJ, lançou, durante o ato, a campanha pela abertura e ampliação de vagas nas creches universitárias para os filhos das estudantes. Segundo denúncia de alunas da Universidade Federal Fluminense e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, as estudantes grávidas são expulsas dos alojamentos estudantis das duas instituições.

expediente

DIRETORIA DA ASDUERJ (BIÊNIO 2007/2009)

Presidente: Inalda Couto (FFP)

I Vice-Presidente: Denise Brasil (CAp)

II Vice-Presidente: Antonio Braga Coscarelli (IME/Aposentado)

I Tesoureiro: Guilherme Locks (IEFD)

II Tesoureiro: Arnaldo José Noronha Filho (FCM)

I Secretário: Rodrigo Lychowski (DIR)

II Secretário: Iná Meireles (HUPE)

CONSELHO EDITORIAL

Antonio Braga Coscarelli, Denise Brasil e Iná Meireles

EQUIPE TÉCNICA

Jornalista responsável: Sérgio Franklin

Jornalista: Paula Almada

Edição Visual: Leila Braile

Docentes elegem representação nos conselhos em abril

Atuais representantes no Conselho Universitário e Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão falam sobre a importância da participação da categoria nos órgãos. Eleições devem acontecer na primeira quinzena do mês

EM maio de 2006, os docentes e servidores técnicos da Uerj encontravam-se em greve, travando, desde três de abril, um dos mais duros embates com o governo do estado por melhorias nas condições de trabalho na universidade. As assembleias das categorias, assim como a dos estudantes, decidiram indicar ao Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – Csepe – a suspensão do calendário do vestibular 2007. No dia 16 deste mesmo mês, o encaminhamento do movimento grevista foi aceito e, com 18 votos, cinco abstenções e nenhum voto contrário, o exame foi suspenso. A medida salientou o compromisso dos conselheiros com a manutenção da qualidade de ensino da Uerj e é, ainda hoje, um claro exemplo da importância da atuação dos conselhos superiores nas tomadas de decisão na universidade. Juntos, o Conselho Universitário – Consuni – e o Csepe são instâncias fundamentais para democratização e descentralização do poder decisório na instituição e conquistas de toda a comunidade universitária.

Desde o início do ano, a representação docente nestes dois espaços vem sendo renovada. Os novos diretores dos centros setoriais, eleitos no final do ano passado, já tomaram posse em ambos os conselhos. Na primeira quinzena de abril deste ano, serão realizadas eleições para os mandatos dos representantes das categorias do magistério, das unidades acadêmicas e dos centros setoriais, completando, assim, a representação docente nestes órgãos colegiados.

Para Domenico Mandarino, este momento exige uma forte mobilização da comunidade universitária. “Ela ainda não está ligada no que significam os conselhos. São espaços fundamentais, nos quais a participação dos três segmentos é muito importante”, diz o diretor do Centro de Ciências Sociais, pela quarta vez no Conselho Universitário. Segundo ele, os próximos conselheiros eleitos terão destacado papel, haja vista “os tempos difíceis que estamos passando”. “Os conselhos superiores vão acabar refletindo o que nós estamos pensando acerca desse processo”, completa Mandarino.

Decisões históricas

O docente da Faculdade de Oceanografia, Marcos Antônio Fernandez, também membro do Consuni, corrobora com tais opiniões. Para ele, o Conselho Universitário é o “termômetro da instituição”

e “o mais importante dos colegiados”. O conselheiro relembra, como exemplo concreto, a conturbada aprovação do plano de carreira dos servidores. “Era um processo travado durante 15 anos. Foi uma conquista imensa que nos deu a sensação de estar contribuindo para a universidade”, conta.

Em relação ao Csepe, quem lembra resoluções importantes é Guilherme Locks, professor da Instituto de Educação Física e Desportos e diretor da Asduerj. Segundo ele, além da suspensão do calendário do vestibular de 2007, a legislatura que termina pode se orgulhar de ter regulamentado os cursos de licenciatura, negado a redução do número de alunos do curso de Direito e produzido um novo regimento para o conselho, dentre outros. Para Locks, a “participação permite expansão do conhecimento sobre as atividades da universidade, fazendo com que o conselheiro compreenda que existem outras opções de intervenção além do departamento ao qual pertence”. O docente considera esta experiência importante tanto para a carreira acadêmica do professor, quanto para o desenvolvimento da universidade.

Para Mário Sérgio Carneiro, da Faculdade de Odontologia, os conselhos devem ser prioridade para a comunidade universitária. “Lá são

discutidas e normatizadas coisas importantes para a universidade”, diz. Segundo o docente, representante da categoria no Conselho Universitário, os novos conselheiros devem estar dispostos a dedicar seu tempo ao órgão, “para que tudo possa fluir o mais rápido para a universidade”. Fernandez acrescenta outro atributo: “Devem ser pessoas que acreditam no coletivo, que saibam construir coletivamente”. Para o oceanógrafo, os órgãos colegiados são “espaços para acordos, não para impôr idéias”.

Segundo definição de Glauber de Lemos, diretor do Centro de Educação e Humanidades, são, ainda, “espaços legisladores e democráticos”. Para ele, os conselheiros devem ter boa articulação política e interesse em conhecer as diversas facetas da Uerj. “Tudo para o bem da universidade”, conclui Glauber, fazendo eco com as declarações dos demais entrevistados.

A Secretaria dos Conselhos informou que será instituída, em breve, uma comissão eleitoral para organizar o pleito nos dois órgãos colegiados. Logo após, será divulgado o período para inscrição dos candidatos.

Fique atento e participe!

Consuni e o Csepe são instâncias fundamentais para democratização e descentralização do poder decisório na instituição

Funções de cada Conselho

O **Conselho Universitário** é a instância suprema de deliberação, normatização e consulta da Uerj, excetuando os assuntos de competência exclusiva do Conselho de Ensino e Pesquisa. É formado pelo reitor, vice-reitor, sub-reitores, diretores dos Centros Setoriais, por um representante docente de cada unidade acadêmica (inclusive do Hospital Universitário Pedro Ernesto e dos Centros Setoriais), por oito representantes dos funcionários técnico-administrativos, dois representantes da comunidade e dois representantes discentes de cada Centro Setorial. O Consun é responsável pela aprovação do orçamento da Uerj, de acordos e convênios que envolvam custos financeiros, de normas gerais sobre a organização administrativa da Universidade e dos planos administrativos do reitor. Cabe ainda ao Conselho Universitário decidir sobre a incorporação de entidades de ensino superior, entre outras atribuições.

O **Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão** é a instância central de supervisão e coordenação do ensino e da



pesquisa na Uerj. Entre outras atribuições, compete ao Csepe supervisionar e coordenar as atividades universitárias, fixando princípios e critérios às várias modalidades de cursos. O órgão é constituído pelo reitor, pelo vice-reitor, pelos sub-reitores, por três professores de cada Centro Setorial, por um representante de cada uma das categorias do magistério e por cinco representantes estudantis, sendo, no mínimo, um de cada Centro Setorial.

Ambos são presididos pelos reitor, mas resoluções são aprovadas pela maioria dos votos. (Fonte: www.uerj.br)

As lixeiras do senhor reitor

ANTONIO BRAGA COSCARELLI

Há anos tem sido denunciada a nocividade das apelidadas “fundações de apoio” produzidas no interior de universidades públicas. Estaria aí implícita a intenção louvável de financiamento das atividades de pesquisa. Essa insinuação de um objetivo assumido por instituições públicas respeitáveis, de prestígio nacional, transmite um parecer de seriedade inexistente. No direito civil, tais instituições privadas são “fundadas na constituição de um patrimônio buscando determinado fim em benefício da coletividade”, o que não acontece nesses casos. A denominação, ela própria, é intencionalmente enganosa.

As alegações que justificam a necessidade dessas sociedades são baseadas na contraposição às normas em vigor para todo o serviço público e, em conseqüência, para toda universidade pública. “A lei impede a agilidade para as compras necessárias exigindo licitações; há impossibilidade de contratação de pessoal técnico competente ao exigir concurso público para o ingresso; a garantia de estabilidade no emprego desenvolve o descompromisso com a instituição; convênios são recusados por falta de CNPJ”. Apresentam essas e mais outras razões para concluir que as universidades públicas não deveriam ser tão públicas como exigem os indivíduos que não entendem as imposições extraordinárias da extensão e, sobretudo, da pesquisa. O ápice da desfaçatez se dá quando se assegura que a arrecadação do Estado nunca é suficiente para o integral financiamento das universidades públicas, como determinam as constituições do país e dos estados. Resta, então, uma solução mágica: apelar para uma sociedade sem fins lucrativos e sem patrimônio constituído. A justificativa, ela própria, é uma declaração de intenções ilícitas.

Há anos o movimento docente nacional, comprometido com o Andes-SN, vem empreendendo tenaz luta para demonstrar os malefícios ocasionados pelo descontrole das verbas públicas quando eliminada, ou mesmo contornada a fiscalização necessária pelos órgãos competentes.



Moldadas ao feitio de empresas fechadas e sujeitas ao direito privado, as fundações são registradas para a “benemérita tarefa” de apoio à universidade em que instala a sua sede. Utilizam o subterfúgio de operarem “sem finalidade lucrativa” e conseguem movimentar vultosos recursos financeiros, por diversificados caminhos, sem compromissos com licitações e demais exigências a que devem se submeter os órgãos públicos. Preferencialmente, lidam com verbas públicas para prestações de serviços públicos de grande porte livrando-os de licitações e, em geral, os repassam para terceiros através de subcontratos superfaturados. Outras vezes, utilizam trabalho de pessoal da universidade, conotado como extra, e que permite reduzir o desagrado pelos salários sem reajustes por longos períodos de tempo. Tudo isso acontecendo sem qualquer relação com as atividades-fim da universidade. A alegação de ser “sem finalidade lucrativa”, ela

própria, é falaciosa.

As fundações adquirem os contornos de empresas fantasmas, confundindo-se com as atividades da própria universidade, privatizam seu espaço, que deveria ser público, e exploram o prestígio de sua grife conquistado com o trabalho universitário sério da maioria dos seus servidores atualmente com salários aviltados. Trata-se de uma apropriação ilegal de serviços privados disfarçados de públicos, sem os ônus dos tributos, aluguéis, previdência, balanços periódicos etc a que estão obrigadas as empresas normais. Tais isenções lhes conferem uma vantagem perversa na competição por espaço de trabalho com empresas, regularmente constituídas, de consultorias e de serviços, onde devem atuar profissionais oriundos das universidades prejudicados por desleal concorrência mercantil. Os prejuízos difusos afetam até a comunidade externa na disputa comercial.

Para coroar essa forma de privatização da universidade pública, governos responsáveis pelo seu financiamento condicionam ajustes salariais, e melhoria das condições de trabalho e estudo, à captação de recursos pela própria universidade. Claramente advogam o virtual provimento de máquinas registradoras ao aparelhamento da universidade a fim de reduzir o desembolso a que estão obrigados pela constituição. O estímulo à contravenção tem sido a tônica dos governos do Estado.

Fundações: 29% estão irregulares

Há 111 fundações “de apoio” credenciadas na Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação. A maior parte é vinculada a universidades federais e centros federais de educação tecnológica - Cefet. Outras, “apóiam” hospitais universitários e centros de pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Uma pesquisa realizada pelo jornal O Estado de São Paulo constatou que, entre 2003 e 2007, o Tribunal de Contas da União – TCU – encontrou irregularidades em 29% fundações de apoio ligadas a universidades federais. As irregularidades, explica a matéria, “apareceram como resultado de auditorias, prestação de contas, tomadas de contas, representações e denúncias”, em 16 universidades federais (Acre, Alagoas,

Amapá, Amazonas, Brasília, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Ouro Preto, Pelotas, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro - UFRJ, Estado do Rio de Janeiro - Unirio, Rio Grande-RS, Rondônia, São Carlos, Tocantins e Uberlândia). Segundo o jornal, o TCU afirma que as fundações são usadas para burlar licitações, contratar servidores para as universidades sem realização de concurso público e até mesmo em fraudes.

Fonte: InformAndes

Leia mais em

www.andes.org.br/JORNALfundacoesMar08.pdf